Sistemas Estruturados de Ensino e mercado editorial brasileiro[1]

Célia Cristina de Figueiredo Cassiano[2]
Fundação Getúlio Vargas, São Paulo

RESUMO

A partir dos anos 2000, a entrada dos sistemas de ensino na rede pública brasileira constitui novo fenômeno de vendas no rentável segmento dos didáticos. Tais produtos são oriundos dos cursinhos pré-vestibulares, e implicam, geralmente, em apostilas sem autoria, formação de professor, avaliação e assessoria online, entre outros. Assim, quando os municípios optam por comprar tal produto, com verbas próprias, em detrimento de receber gratuitamente livros didáticos do governo federal, todo o currículo da educação pública local passa a ser de competência de instituições privadas. Em 2010, o gigantesco grupo britânico Pearson entra no mercado educacional brasileiro pela aquisição de vários sistemas de Ensino. Assim, na era da globalização e das novas tecnologias, apresentamos que são as antigas apostilas que tensionam os limites entre o público e o privado na educação pública brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Sistemas de Ensino; Mercado Editorial; Livro Didático; Educação.

[1] Trabalho apresentado no GP Produção editorial, XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

[2] Doutora em Educação pela PUCSP, Coordenadora de Tutoria na Fundação Getúlio Varga e Gestora na PMSP, e-mail: f.cassiano@uol.com.br.

Introdução

O objetivo deste trabalho é caracterizar a entrada dos sistemas estruturados de ensino na rede pública educacional brasileira, fenômeno este que era apenas uma tendência no início dos anos 2000, mas mostra toda a sua força em apenas uma década, sendo que em 2010, inclusive, essa foi a "porta de entrada" de potências como o grupo inglês Pearson na educação brasileira, por meio da aquisição dos Sistemas de Ensino do Grupo SEB: COC, Pueri Domus, Dom Bosco e Name; que já têm expressividade no mercado escolar brasileiro. O grupo Pearson é dono das mais influentes editoras, jornais e revistas do mundo, como a *Penguin Books*, o *Financial Times* e a *The Economist*, por exemplo. Nesse processo, o grupo ingressa no mercado dos sistemas de ensino ficando atrás, apenas, do grupo Positivo, até então líder desse segmento no país. Assim, apresentamos como esse fenômeno de vendas para a rede pública de ensino implica novas questões sobre os limites entre o publico e o privado no âmbito da educação pública, além de potencializar novo "negócio" para o milionário segmento dos didáticos no país.

Os sistemas de ensino

Os "sistemas de ensino"são oriundos dos cursinhos pré-vestibulares, surgidos na década de 1950 quando a concorrência para o acesso às vagas nas universidades públicas aumentou. De acordo com materia de Camila Pereira e Renata Betti sobre tais instituições na revista *Veja*:

> "Desde que surgiram, eles sempre se concentraram em ensinar macetes das provas e em treinar os alunos para se sair bem nesse tipo específico de concurso. Frases para fixar a tabela periódica, por exemplo, ajudaram gerações a passar no concurso. Como muitos dos vestibulares ainda demandam alta dose de decoreba, técnicas de memorização, à base de músicas e rimas, são até hoje comuns. Embora muito da essência dos antigos cursinhos permaneça, do ponto de vista dos negócios eles se profissionalizaram. Foi ainda na década de 70 que alguns empresários do setor vislumbraram a chance de se expandir para o ensino básico, depois para o ramo de venda de apostilas e serviços e, finalmente, na década de 90, para o prolífero mercado de ensino superior. Os cursinhos, no entanto, nunca ficaram de lado. Com classes lotadas de alunos e uma infraestrutura simples, oferecem margens de lucro de 20%, em média, segundo um estudo da consultoria Hoper. É o dobro das margens obtidas com escolas de ensino médio. (Pereira e Betti, 2009)

Como se viu, boa parte destes cursinhos pré-vestibulares expandiu sua força de negócios, na década de 1970, por meio do atendimento ao ensino básico, por meio de

escolas próprias (Positivo, Objetivo, Etapa, etc) e da venda dos sistemas de ensino para a rede privada.

A novidade, a partir dos anos 2000, é a venda desses sistemas de ensino diretamente para as prefeituras da rede pública. Assim, cada vez mais municípios compram "Sistemas de Ensino", com verbas próprias (em detrimento do recebimento gratuito dos livros didáticos enviados pelo governo federal) e, ao fazerem-no, todo o currículo da educação pública local passa a ser de total competência de instituições privadas.

A concepção pedagógica de uma metodologia totalmente estruturada, de certo modo, é contrária a todas às possibilidades de interação e exploração potencializadas pelos novos meios, por exemplo, ainda que no "pacote", via de regra, esteja prevista assessoria por meio das novas tecnologias. Ainda assim, um sistema estruturado tem como pressuposto o planejamento e a previsibilidade do conteúdo. Desse modo, não se recomenda que se "mude o rumo da aula", ainda que seja por um tema novo que interesse aos alunos, pois há um objetivo a ser alcançado, por meio de um ensino de conteúdos previamente organizados. Nesse sentido, também não se contempla a diversidade (cultural, pedagógica) existente na escola (principalmente pública), uma vez que, como já se disse, nessa metodologia de ensino o conteúdo abordado nas apostilas (impressas) deve ser dado, obrigatoriamente, nas datas previstas pelos docentes que, nesse processo, passam também a ter pouca autonomia em sala de aula. Inclusive, como parte do "pacote", também há todo um processo de formação da editora, via web, bem como amparo pedagógico ao aluno e ao docente (de modo geral, via web, também).

Nesse processo os grandes grupos empresariais que hoje disputam o segmento dos materiais didáticos vendem seus "novos" produtos (os sistemas de ensino), como se fossem produções contemporâneas, principalmente valendo-se das novas tecnologias, por vezes incidindo nas estratégias de marketing um certo "apagamento" de suas origens, os cursinhos pré-vestibulares.

Mercado do segmento didático no Brasil

No Brasil, praticamente 50% de todos os livros que circulam no país são didáticos, porque por meio do Programa Nacional do Livro Didático- PNLD, o governo avalia e compra, de modo regular e planejado, livros didáticos de todas as disciplinas para distribuir a todos os alunos que estão na educação básica da rede pública de ensino.

Historicamente, há dois marcos que referenciam o PNLD. Em 1985 esse Programa foi criado e fazia parte de outras políticas sociais instituídas pelo governo, que queria dar

sua marca na redemocratização do país. Porém, neste período, a aquisição e a distribuição de livros didáticos, apesar de significativa, não eram universais (no sentido de atender a todos os alunos da educação básica da rede pública) e sequer tinham regularidade.

O PNLD passa a ter universalidade na distribuição dos livros e regularidade nos recursos aplicados a partir do que consideramos como o seu segundo marco, que se dá em 1996, à luz reformas na educação implementadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, em que se pressupõe e, de fato, se implementa gradativamente, a avaliação, compra e distribuição universal de livros didáticos (de todas as disciplinas escolares) para todos os estudantes da educação básica da rede pública brasileira.

A partir desse período, então, o governo brasileiro passa a ser o maior comprador de livros do país porque avalia, compra e distribui livros didáticos para todos os alunos que estão matriculados na Educação Básica da rede pública brasileira (ensino fundamental e médio), que representam, aproximadamente, 90% dos alunos matriculados nestes níveis de ensino.

Ou seja, no início dos anos 2010 há, aproximadamente, 38 milhões de alunos matriculados nos ensino fundamental e médio da educação básica brasileira (INEP, 2013) sendo que 33 milhões estão na rede pública, contrapondo-se aos 5 milhões de alunos matriculados na rede particular de ensino.

Segundo o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), para o PNLD 2012, o governo investiu R$ 1.326,5 bilhões na compra, avaliação e distribuição de 160 milhões de livros didáticos para serem usados pelos alunos matriculados nos diferentes níveis de Ensino da Educação Básica Pública.

Certamente, tais dados possibilitam compreender porque nenhum segmento no setor do livro tem um universo tão grande de leitores certeiros e regulares, como é o caso dos didáticos, constituindo-se, portanto, em privilegiado campo de disputa das maiores editoras do país. Entende-se, também, o impressionante volume desse produto que circula anualmente no país, sendo este um dos principais recursos didáticos usados nas escolas de educação básica. Mesmo que usado de diferentes formas por docentes e alunos, certamente pode-se dizer que tais livros dão seu marco nos currículos desenvolvidos nas mais de 120.000 escolas públicas distribuídas por todos os municípios brasileiros.

Nesta perspectiva, reafirmamos que o livro didático ainda se constitui, hoje (2013), como importante recurso didático no Brasil. Devido às dimensões do país, que conta com mais de 5.500 municípios, bem como considerando sua diversidade socioeconômica e

cultural, há lugares em que o didático é o único livro que algumas pessoas têm acesso na vida porque, como já vimos, há algumas décadas o governo garante que todos os estudantes da rede pública tenham acesso a tais livros. Certamente, um aluno da rede pública da cidade de São Paulo provavelmente terá mais condições de ter acesso a outros recursos – advindos das novas tecnologias, por exemplo – do que um aluno que estuda num município mais distante no Amazonas ou no Piauí, por exemplo. Vale destacar que o correio brasileiro já ganhou importantes prêmios mundiais por distribuir, com competência, o impressionante número de livros comprados por meio do PNLD anualmente, para as escolas públicas distribuídas do Oiapoque ao Chuí no Brasil. Assim, de uma forma ou de outra (por embarcações, por exemplo) é certeza de que os livros didáticos chegam a todas as escolas públicas do país.

Impacto do gasto público: Sistemas de ensino e livro didático

Na matéria publicada na revista IstoÉ, de 20/12/2006, no artigo intitulado "A didática da esperteza", Chico Silva destaca que "prefeitos encaixotam livros escolares cedidos pelo MEC em troca de um sistema de apostilas caro e de qualidade duvidosa". Para fundamentar essa afirmação, o articulista considerou que 129 municípios do Estado de São Paulo (um quinto dos 645) deixaram de usar os livros didáticos enviados pelo MEC (por ocasião do PNLD), optando por sistemas de ensino. Os dirigentes dessas localidades conseguiram bancar tal opção destinando boa parte dos recursos recebidos em decorrência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). Por ocorrências dessa ordem, a Resolução nº 60, de 20/11/2009 dispõe sobre a obrigatoriedade de as redes de ensino assinarem termo de adesão para participar do PNLD.isso a obrigatoriedade do MEC. Ou seja, a opção por esses sistemas estruturados de ensino não incide em ilegalidade, desde que a prefeitura que opte por tal produto informe ao governo, para que este não envie livros didáticos ao município por ocasião do PNLD, e que use verbas próprias do município (Fundeb) para a compra do sistema apostilado.

Isto posto, Silva (2006) acrescentou que o material didático dos sistemas de ensino não passam por nenhum tipo de avaliação governamental, diferentemente do que ocorre com os livros didáticos enviados pelo MEC, sequer são selecionados pelos docentes e profissionais da Secretaria da Educação dos Municípios, uma vez que são comprados nos órgãos centrais das prefeituras. Ainda assim, esse tipo de iniciativa municipal não é ilegal, pois os municípios têm autonomia na gestão e nos métodos de ensino. Nesse artigo, ainda, o

articulista apresentou, entre outros, o caso de Taubaté, município localizado a 130 km de São Paulo que, provavelmente, estão entre os que justificam o "endurecimento" do governo, com a já citada Resolução nº 60, de 2009.

No segundo semestre de 2005, o prefeito Roberto Peixoto (PSDB) encomendou 35 mil livros ao MEC. Meses depois, estranhamente mudou de idéia e entrou na onda das apostilas. Os livros gratuitos foram despachados para um galpão e os alunos obrigados a se deparar com graves erros como os vistos numa apostila da sexta série. No mapa-mundi, a Antártida foi parar onde é a Groelândia, o território gelado pertencente à Dinamarca. No mesmo desenho, o Estreito de Behing, o canal que separa o Alasca (EUA) da Sibéria (Rússia), foi grafado como Berning.

A má qualidade da apostila foi atestada por Lisete Arelalo, dirtetora do departamento de Administração e Economia da Educação da USP: "O material é de segunda categoria. A estética é pobre e o conteúdo, inadequado para uma criança da sexta série". (...) "Duvido que o prefeito colocasse os filhos dele em uma escola com esse tipo de apostila", completou Arelalo.

De acordo com o articulista, esse sistema apostilado foi produzido pela editora curitibana Expoente - que ganhou a concorrência em Taubaté.

A concorrência no segmento dos sistemas de ensino é bastante acirrada, porque conta tanto com empresas tradicionais do setor como Anglo, Objetivo, COC e Positivo, como com os grandes grupos do setor dos didáticos, que também passaram a produzir e comercializar sistemas de ensino. Tal processo justifica-se, certamente, em decorrência da expansão dos sistemas de ensino, que passaram a ocupar espaços antes destinados prioritariamente ao livro didático – primeiramente, em algumas escolas na rede particular de ensino e, posteriormente, na rede pública, por meio da negociação feita com as prefeituras municipais – somando-se ao potencial de ganhos advindos da venda desse tipo de produto, que impressionam!

A comercialização dos sistemas de ensino em Taubaté, mencionada por Silva no artigo da revista IstoÉ (20/06/2006), custou aos cofres públicos R$ 33,4 milhões por três anos. Nesse artigo a prefeitura da cidade justificou o investimento pela contraposição do serviço oferecido pela empresa: material didático complementar, treinamento do corpo docente, acesso a um portal de educação e um disque-dúvidas.

O dimensionamento dos gastos com os sistemas de ensino pode se dar à luz da contraposição do gasto de Taubaté, que é um pequeno município brasileiro (R$ 33 milhões)

contraposto ao investimento do governo federal desse período. Ou seja, em 2004, por meio do PNLD de 2005, o FNDE/ MEC investiu R$ 619 milhões para atender os 31 milhões de alunos de 5ª a 8ª série (livros de todas as disciplinas) e da 1ª série, além de fazer reposição para os alunos de 2ª a 4ª séries das 149.968 escolas do então Ensino Fundamental de oito anos da rede pública (FNDE, 2013). No caso do Ensino Médio, em 2005, para o PNLEM de 2006 (Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio) – nível de ensino que estava começando a receber livros didáticos por meio das compras governamentais, foram investidos, aproximadamente, 143 milhões, para atender 3.253 escolas públicas brasileiras, com Livros de Português e Matemática para os 7 milhões de alunos dos 3 anos do Ensino Médio, em todo o país.

Em síntese, o governo federal investiu (2004 e 2005) R$762 milhões para enviar os livros supramencionados, de praticamente todas as disciplinas, aos 38 milhões de alunos matriculados nos ensinos Fundamental e Médio das escolas públicas dos 5.564 municípios do país (com poucas exceções, os livros enviados pelo PNLD têm previsão de uso de três anos). Em contraposição, o município de Taubaté, com 278 mil habitantes (IBGE, Censo Demográfico 2010) e, aproximadamente, 40 mil estudantes matriculados, investiu 33 milhões para a compra de um sistema de ensino (por três anos).

Assim, é por conta desse mercado promissor que se estabelece a retirada do livro didático da escola e a entrada dos grandes grupos do segmento dos didáticos nessa disputa. Ou seja, o objetivo é não perder mercado; e não defender um ou outro material didático ou metodologia de ensino. Além disso, as editoras também entram legalmente na formação de professores da rede pública, espaço que até então não era ocupado por essas empresas e que também apresenta-se como mercado promissor.

A entrada da Pearson na educação brasileira

Um bom exemplo da força de negócios que representa a comercialização dos Sistemas Estruturados de Ensino é a entrada, no Brasil, do gigantesco grupo britânico Pearson, que está presente em mais de 70 países e é considerado um dos maiores grupos de educação do mundo. A editora Pearson entrou no mercado educacional brasileiro, em 2010, no segmento dos materiais didáticos, ao adquirir os Sistemas de Ensino SEB, (COC, Pueri Domus, Dom Bosco e Nane); além de já ter significativa participação na Companhia das Letras. Nos últimos anos, essa empresa investiu cerca de US$ 1 bilhão para aquisições na

Índia, China e Brasil. A maior fatia foi para o mercado brasileiro, onde a Pearson comprou os sistemas de ensino já especificados, por R$ 888 milhões.

De acordo com matéria jornalística de Beth Koike, publicada no jornal Valor Econômico em julho/2013, o Brasil é um dos quatro mercados prioritários, ao lado de China, Índia e África do Sul, para novos investimentos, sendo que a meta da empresa é chegar, em 2018, como um dos cinco maiores grupos educacionais do país por meio de crescimento orgânico de 20% ao ano e aquisições. Hoje, a Pearson já se posiciona entre as dez maiores no mercado brasileiro, sendo este o quarto mais importante mercado para o grupo britânico, que fechou o ano de 2012 com faturamento de US$ 9,7 bilhões.

Nesta materia, segundo Juan Romero, presidente da Pearson América Latina, que ocupa a presidência da unidade brasileira interinamente, além de investir no segmento dos sistemas apostilados, a companhia quer expandir negócios relacionados a prestação de serviços como, por exemplo, consultorias pedagógica, estratégica e financeira para escolas. Hoje, a venda desse tipo de serviço já representa mais de 50% do faturamento no Brasil e quase 40% no mundo. Vale destacar que esse percentual no país é superior devido aos sistemas de ensino.

Mekler Nunes, diretor superintendente da área de educação básica da Pearson, declarou que "com a tecnologia, a forma de ministrar aulas mudou. Hoje, os alunos têm outras demandas e muitos professores ainda estão ensinando pelo método antigo" (Koike, 2013). Segundo ele, em 2012 a Pearson realizou 2 mil cursos de desenvolvimento profissional para 25 mil professores.

O caso de Valinhos

Na contraposição dessa tendência de municípios substituírem os livros didáticos por sistemas de ensino, pdoe-se constatar no *site* da Prefeitura Municipal de Valinhos, pertencente ao estado de São Paulo, que os professores tiveram a oportunidade de votar e optaram pelo fim da adoção de sistema de ensino nesse município e solicitaram o retorno dos livros didáticos fornecidos por meio do PNLD. Tal consulta aos docentes fez parte da proposta de implantação de uma gestão participativa na área da Educação do município, conforme plano de governo do prefeito Clayton Machado.

De acordo com o Secretário da Educação, Danilo Sorroce, nada melhor do que os próprios professores, que utilizam as apostilas no dia-a-dia das salas de aula, para avaliarem

se o sistema corresponde ou não às necessidades do ensino municipal. "A votação foi baseada em parâmetros técnicos que foram definidos pelos próprios professores",

No *site* da Prefeitura de Valinhos (2013), pdoe-se constatar que frente à posição dos professores da rede, o contrato com a Editora Moderna, não será renovado e "isso representará uma economia aos cofres municipais, já que o Ministério da Educação fornece gratuitamente livros didáticos de ótima qualidade aos municípios", declarou Sorroce. O sistema foi introduzido na rede municipal em 2007 e em seis anos foram gastos com a compra das apostilas mais de R$ 9 milhões.

O secretário explicou que esses recursos que deixarão de ser gastos com as apostilas serão aplicados em projetos que garantam maior qualidade à educação do município, como cursos de capacitação para os profissionais da área e a inserção da rede municipal no contexto tecnológico.

É interessante constatar os depoimentos do professor de História Gersio Pelegatti, da EMEB Prefeito Jerônymo Alves Corrêa de Valinhos, que está há nove anos na rede municipal de ensino e votou pelo fim do uso do sistema apostilado "para a possibilidade de liberdade e autonomia do professor em relação a escolha do livro didático", segundo ele, que já trabalhou tanto com os livros didáticos do PNLD e com os sistemas de ensino,

> "os livros didáticos do Ministério da Educação passam por uma avaliação técnica efetuada por especialistas. São vários títulos disponibilizados, o que dá aos professores a possibilidade de escolha dentro de seus próprios critérios. Já a adoção das apostilas não foi de forma democrática. O sistema foi implantado a partir de uma ação de um governo, sem consultar aos professores". (*site* da Prefeitura de Valinhos, julho/2013)

Assim, como já foi apresentado, a polêmica na compra dos sistemas de ensino envolve muitos aspectos, entre eles a própria interferência na autonomia dos professores, que não são consultados sobre o material que deverão utilizar em sala de aula e passam a ficar presos a um rígido roteiro, transformando-se em meros aplicadores do material didático.

Além disso, é um material que não passa por nenhum tipo de avaliação oficial, como ocorre com os livros didáticos adquiridos pelo PNLD; além disso, há o município têm de adquirir os sistemas de ensino com verbas próprias, que são expressivas, ao passo que os livros didáticos são recebidos gratuitamente, uma vez que são pagos com verba federal e têm custos de aquisição e distribuição dos livros didáticos relativamente baixos, devido à capacidade de negociação que o governo federal tem devido ao gigantismo da compra

recorrente que decorre dessa política pública federal de avaliação, compra e distribuição de livros para todos os estudantes dos ensinos fundamental e médio, de todas as disciplinas, das escolas públicas brasilieiras.

Na contramão desse processo, o material apostilado é integralmente financiado pelo município que o adota e normalmente com um valor impressionante, como pode ser observado por meio dos valores gastos com apostilas pela Prefeitura de Valinhos desde o ano de 2007:

2007 – R$ 1.063.932,50

2008 – R$ 1.214.125,00

2009 – R$ 1.352.670,70

2010 – R$ 2.358.858,88

2011 – R$ 1.555.748,20

2012 – R$ 1.615.933,36

Total - R$ 9.161.268,64

De acordo com as informações contidas no site da Prefeitura de Valinhos (2013), o sistema de ensino foi adotado de modo progressivoa na rede municipal. Inicialmente atendia do 1º ao 5º Ano, até chegar em 2009 ao 7º Ano. A partir de 2010, o 1º e 2º anos deixaram de ser contemplados, e o sistema passou a vigorar do 3º ao 9º anos até 2012. O programa não abrangia Educação Infantil, Ensino Médio e EJA (Educação de Jovens e Adultos). De 2007 a 2010, o contrato era com Múltipla Editora, porém em 2011 e 2012, o contrato passou para Editora Moderna, da espanhola Santillana, que comercializa o *Sistema Uno* de Ensino.

Considerações finais

Apesar de todo aparato tecnológico no entorno dos sistemas de ensino, além da obscuridade que atualmente a comercialização dos sistemas de ensino apresenta, uma vez que são vendidos diretamente para as prefeituras dos municípios brasileiros, sem passar por nenhuma instância de avaliação, nem pela seleção dos profissionais da educação local, inegavelmente o que se vende é a previsibilidade do trabalho com os conteúdos a partir de um currículo totalmente estruturado. Talvez, então, possamos considerá-los como velhos produtos com novos dispositivos.

E é inegável o apelo que esses materiais têm! Em 2010, foram computados 165 municípios (dos 645 do Estado de São Paulo), que abriram mão de receber gratuitamente os

livros didáticos por meio do PNLD para gastarem milhões de seus recursos próprios comprando sistemas de ensino de empresas como Positivo, COC, Objetivo, Expoente, entre outros oriundos das grandes editoras de didáticos (Ática, Moderna, Saraiva, Scipione, entre outras). Nesse processo, os interesses comerciais das editoras são muitos e, diga-se de passagem, os ganhos advindos dessa venda são muito maiores do que os gerados pela venda dos livros didáticos, como já foi demonstrado, anteriormente.

De fato, o mercado escolar brasileiro é muito atrativo, não só pelos números que apresenta, mas também pelas suas possibilidades de crescimento, diferentemente dos países europeus, por exemplo, em que as taxas de natalidade, via de regra, caem ano a ano. Além disso, o gigantismo das compras governamentais inegavelmente apresenta grande apelo aos interesses comerciais implicados na venda de materiais didáticos e na prestação de serviços para o setor público que, por vezes, extrapolam o interesse meramente pedagógico que deveria balizar a questão do ensino público.

Nesse contexto, o recente crescimento desses sistemas estruturados de ensino na rede pública do país vem sendo objeto de preocupação e de problematização recorrente por parte de estudiosos e da própria gestão pública federal (Cassiano, 2012), uma vez que tencionam os limites entre público e privado e se constituem numa concreta polêmica se a totalidade do currículo dos municípios deve ser objetivada por empresas que visam deliberadamente o lucro, por quantias vultosas, que deixam de ser aplicadas diretamente na formação do professor e em especificidades educacionais da região, uma vez que para adquirir estes produtos, o município abre mão de receber os livros didáticos do governo federal, escolhido por seus próprios professores.

Como já se disse, a questão é, de fato, polêmica!

REFERÊNCIAS:

CASSIANO, C C de F. O mercado do livro didático no Brasil: do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2007.

..... Mercado Editorial Escolar e os Sistemas Apostilados de Ensino: Duelo de Titãs, Controle Curricular da Educação Pública e Cifras Impressionantes. Fortaleza, CE: XXXV Congresso Bras.de Ciências da Comunicação/ Intercom-Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, de 3 a 7/9/2012. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-2234-1.pdf> Acesso em 30.jun.2013

FERREIRA, M; FRANCO, Rio de Janeiro, 2008. INEP. Censo da educação básica: 2012 – resumo técnico. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira(INEP), 2013.

FNDE, 2013 - Evolução do PNLD Ensino Fundamental – 2004 a 2013

Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos> Acesso: 30 jun.2013

KOIKE, Beth. Pearson vai acelerar negócios em educação. São Paulo: jornal Valor Econômico, de 19/07/2013.

Portaria Ministerial n° 2.963, de 29 de agosto de 2005. Dispõe sobre as normas de conduta para o processo de execução dos Programas do Livro.

Portaria Normativa n° 7, de 5 de abril de 2007.Dispõe sobre as normas de conduta para o processo de execução dos Programas do Livro. Essa Portaria revoga a Portaria n.º 2.963, de 29 de agosto de 2005 e a Portaria MEC nº 806, de 28/03/2006.

PEREIRA, Camila; BETTI, Renata. Os cursinhos correm para mudar. São Paulo: revista Veja, de 29/04/2009.

PREFEITURA DE VALINHOS (site). 80% dos professores votam pelo fim do sistema apostilado na rede municipal. Disponível em:

<http://www.valinhos.sp.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2888:80-dos-professores-votam-pelo-fim-do-sistema-apostilado-na-rede-municipal&catid=34:noticias&Itemid=93> Acesso: 30 jun.2013

SILVA, C. A didática da esperteza. São Paulo: revista IstoÉ, de 20/12/2006.